

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA COM A PRESIDÊNCIA DO INSS

Data: Terça-feira, 25 de setembro de 2018.

Presentes:

FENASPS: Djalter Rodrigues (RN), Valmir Brás (SC), Daniel Emanuel (RS), Moacir Lopes (PR), Viviane Peres (PR), Deise (SP), Gilberto Silva (SP), Antonia Tavares (CE)

Convidado: Ícaro Câmara (BA).

INSS: Edison Antônio Costa Brito Garcia (Presidente do INSS), Alexandre Guimarães, Oliveiros Silva Mendes Junior, Maurício Menezes, Elza Ito e Carlos Simão (Diretor de Gestão de Pessoas).

Atendendo solicitação da FENASPS, que sempre esteve na luta pela jornada de trabalho de 30 horas, melhores condições de trabalho e salarial para os(as) servidores(as) de todos os setores, o Presidente do INSS realizou audiência para tratar de questões pendentes, conforme consta no ofício 187/2018 (anexo).



REAT:

Desde a implantação do REAT a FENASPS reivindica e luta para que os servidores das APS do PEX que meio período possa trabalhar em jornada de trabalho de 30 horas, mas as sucessivas direções do INSS, não demonstram sensibilidade com a demanda. No entanto, com a implantação do INSS Digital e a determinação de funcionamento em meio período, os trabalhadores que não estão no REAT, estão profundamente revoltados pois entendem, corretamente, que nada justifica não poderem trabalhar em regime de 30 horas. É uma reivindicação justa este tratamento igualitário. Inclusive na era digital, o governo tem problemas para aferir os requisitos do REAT. E no INSS digital, com os novos processos de trabalho, aumentou o trabalho nestas unidades, causando adoecimento e grande insatisfação dos(as) servidores(as) que, com as mesmas atribuições, desenvolvendo as mesmas atividades, realizam jornadas de trabalho diferentes. A FENASPS de forma incisiva, reivindicou do

Presidente, que a jornada de 30 horas seja ampliada a todos(as) os(as) servidores(as), inclusive as APSs, ADJs e área meio, ressaltando ainda que, de acordo com acompanhamento após a implantação do REAT. não sinaliza prejuízos à autarquia referente a quantidade de processos analisados.

O Presidente ponderou que tem conhecimento da inaplicabilidade do REAT diante da implantação das novas tecnologias e da necessidade de estabelecer novos parâmetros.

Encaminhamento:

Após amplo debate com a Federação fazendo uma explanação da história da luta pelas 30 horas, que o REAT foi uma resposta da gestão ao adoecimento em massa dos servidores com 31 mil afastamentos em 2010/2011. E com a jornada de 30 horas a produtividade aumenta, o próprio TCU constatou isto em auditoria feita no INSS.

Ao final ficou definido que será constituído Grupo de Trabalho para discussão de uma proposta de REAT com a participação da FENASPS, bem como, sobre o Banco de Horas e Teletrabalho.

Demais pontos abordados:

A FENASPS apresentou denúncia de que os impactos ocorridos com as alterações dos processos de trabalho, visto a grande demanda de processos represados após a implantação das novas tecnologias, geram pressão por produtividade para os(as) servidores(as) que trabalham no limite da sua capacidade. Fatos comprovados pelo consequentemente índice de adoecimento, quadro agravado com vários suicídios ocorridos pelo País.

Os representantes do INSS disseram que, devido a falta de servidores, precisariam de 16 mil. O quadro atual é insuficiente e será necessário promover "**alteração nos processos de trabalho e estabelecimento de metas de produtividade**"

*A FENASPS cobrou do governo, que eles não dispõem dos dados do trabalho realizado por cada setor. Que o INSS atende todos os Brasileiros e não tem solução mágica e, portanto, será necessário realizar **um amplo debate com todos(as) os(as) servidores(as) sobre estas questões de implantação de metas por produtividade, porque não resolverão os problemas do INSS, diante da impossibilidade de concurso público e a existência de número elevado de servidores(as) aptos a se aposentar.***

INSALUBRIDADE

A FENASPS cobrou da DGP uma solução aos problemas que vem ocorrendo em todo o País, como servidores que trabalharam até 1990 em ambientes insalubres e não recebem o adicional. Além de orientar os SGOP para fazerem a conversão em tempo de serviço do período trabalhado em ambientes insalubres para efeitos de concessão de abono de permanência e para as aposentadorias.

A DGP ficou de resolver urgente os casos onde os Serviços de Gestão de Pessoas, unilateralmente, resolveram abrir processo para os servidores devolverem os valores recebidos em Abono de Permanência, bem como suspender os demais em curso. E buscar junto ao MP a solução definitiva da questão.

COMITÊ GESTOR.

A equipe da DGP informou que, após idas e vindas, a minuta para regulamentação foi corrigida com base no Decreto Presidencial e também no Acordo de Greve, e reencaminhada pela quarta vez ao MDS/MP, para as medidas cabíveis de regulamentação.

Serviços Previdenciários: Serviço Social e Reabilitação Profissional

Diante do tempo exíguo desta reunião, foi solicitada reunião específica para tratar das pautas de cada serviço. Ressalta-se que FENASPS encaminhou ofício para o MDS solicitando audiência conjunta INSS, MDS e FENASPS para tratar de todas as pautas, que até o presente não foram atendidas, conforme ofício 138/2018 de 13 de junho de 2018 (veja aqui).

Contudo, diante das decisões administrativas, em especial, a Portaria Conjunta nº4/PRES/DGP/DIRSAT/DIRAT/INSS de 29/05/2018, que altera de 60 para 30 minutos as avaliações sociais de forma verticalizada, a FENASPS solicita solução imediata para essa demanda, visto que tem causado um caos nas agências, ferem as prerrogativas profissionais inerentes a autonomia técnica e ética dos(as) assistentes sociais, bem como, são prejudiciais para a população usuária.

Nesse ponto, o presidente informa que tem dialogado com a Diretoria de Saúde do Trabalhador - DIRSAT, tendo conhecimento dos impactos dessas alterações no cotidiano dos(as) profissionais, mostrando-se sensível a essa demanda, comprometendo-se a buscar uma solução em reunião em até 30 (trinta) dias.

Após a audiência, diretores da FENASPS conversaram com André Rodrigues Veras, diretor do Departamento de Benefícios Assistências, para realizar audiência com o MDS e tratar sobre as pendências da última reunião do SESO, e também discutir sobre a revisão do BPC. Segundo André, nos próximos dias os beneficiários(as) do Benefício de Prestação Continuada, já serão notificados pelas agências bancárias e terão seus benefícios suspensos para fins de revisão, conforme estabelece a Portaria Conjunta nº 3, de 21 de setembro de 2018. O MDS vai emitir Memorando sobre a questão. Mas alegou problemas de agenda para não confirmar a data de uma audiência específica para tratar do assunto.

Considerando os problemas enfrentados pelo INSS, devido a impossibilidade de recomposição da força de trabalho pela PEC 95, e o grande número de aposentadorias em curso, a direção do INSS mencionou que, se não for revertido o quadro, existe a possibilidade, no futuro, de transferência de serviços do INSS para as agências bancárias.

Ainda que este governo esteja em final de mandato, as eleições serão realizadas em aproximadamente dez dias, é importante que a categoria aumente a mobilização para enfrentar os ataques que certamente virão. E o enfrentamento será na luta.

Brasília, 26 de setembro de 2018.

Diretoria Colegiada da FENASPS